

Márcia Inês Schaefer

**CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS/SC: POSSIBILIDADES E  
LIMITES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Ciências Sociais  
da Universidade Federal de Santa  
Catarina/UFSC, como pré-requisito para a  
obtenção do Grau de Bacharel em Ciências  
Sociais.

Orientadora: Lígia Helena Hahn Lüchmann

Florianópolis – SC  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schaefer, Márcia Inês  
Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com  
Deficiência de Florianópolis/SC : Possibilidades e Limites  
/ Márcia Inês Schaefer ; orientadora, Lígia Helena Hahn  
Lüchmann - Florianópolis, SC, 2016.  
58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. I. Lüchmann, Lígia Helena Hahn. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Ciências Sociais. III. Título.

Márcia Inês Schaefer

**CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS/SC: POSSIBILIDADES E  
LIMITES**

Esta Monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, e aprovada em sua forma final pela Comissão examinadora e pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 08 de julho de 2016.

---

Profº Dr. Thiago Bahia Losso  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Profª. Dr.ª Lígia Helena Hahn Lüchmann  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profª Dr.ª Sandra Noemi Cucurullo de Caponi  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profº Dr. Julian Borba  
Universidade Federal de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

A realização da graduação e especialmente deste trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, são marcadas pelo apoio que recebi de pessoas e instituições.

Agradeço primeiramente à Professora Lígia Lückmann, que prontamente se dispôs a orientar esta pesquisa, pelos aprendizados no decorrer do processo, pelas oportunidades oferecidas e pela confiança que teve em mim.

Agradeço ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) de Florianópolis, bem como às conselheiras e conselheiros do mesmo, pela oportunidade de realizar a pesquisa junto a este conselho.

Gratidão à UFSC, professores e funcionários do curso de Ciências Sociais por todo auxílio durante os anos de minha formação. Também estendo meus agradecimentos à Pró Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSC (PRAE), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Escola do Legislativo – Deputado Lício Mauro da Silveira e Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC), pelas bolsas de pesquisa que tive a oportunidade de receber durante a graduação. A participação nos diversos projetos de pesquisa é de grande valia em meu processo de formação profissional e pessoal.

Aos colegas e amigos do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), Luana do Rocio Taborda, Maria Lauri Prestes da Fonseca, Aline Guizardi Delesposte, André Selayaran Nicoletti e Alessandro Theodoro Cassoli, pelos aprendizados, conversas e amizade. Às minhas amigas Talita Guímel Antunes Machado, Treicy Giovanella da Silveira, Aglaé Isadora Tumelero, Nathalia Cardoso Schweder, Luciana Landgraf, Luciane Manika Espíndola, Neivânia Theodoro, Maria Teresa De Bastiani, Luana Lopes, bem como aos meninos, Thiago Heinzen, Pedro Arantes Cecílio, Guilherme Chiappa e Nicolas Cintra, gratidão por todas as nossas vivências juntos, pela sincera amizade que nutrimos e pelo nosso crescimento pessoal e profissional em conjunto. Também a Allisson Fitipaldi (*in memoriam*) e Sédryk Quinhones (*in memoriam*), que tão cedo partiram, mas que tão especiais foram enquanto pude desfrutar das companhias.

Às meninas de casa, Alice Bianchi Trentini, Natalia Citti e Taiane Vasconcellos, gratidão pela amizade e tantos aprendizados em

nossa convivência nesses três anos. Ao Lucas Felipe Rossi Lara, que passou a fazer parte de minha vida quando iniciei o TCC, e que vem sendo um ponto de equilíbrio nesse processo de conclusão de um ciclo de formação. Bonitinho, teu espírito indagador me fortalece! Gratidão imensa!

Por fim, e de modo muito especial, agradeço àqueles que torcem por mim desde sempre: minha família. À minha mãe Marilena Klauck Schaefer e ao meu pai Roque Albano Schaefer, gratidão por terem me gerado e cuidado tão bem, fornecendo toda a estrutura para que eu pudesse me aventurar pelo mundo e experimentar a vida em suas diversas formas. Sou imensamente grata pelo apoio que recebo de vocês nos momentos felizes, nos momentos mais duros e pelos pais maravilhosos que vocês são! Agradeço também, à minha irmã Cláides Maria Schaefer e meus irmãos Cláudio Eugênio Schaefer e Daniel Auri Schaefer; mas especialmente ao César Agostinho Schaefer que, embora distante geograficamente, sempre presente. Cada um de meus irmãos, a seu modo, é importante em minha inserção na universidade e permanência nela.

Graças ao apoio e incentivo de todas estas pessoas e instituições, concluo esta importante etapa de minha vida e sinto-me preparada e confiante para alçar novos e desafiadores vôos.



## **RESUMO**

O presente trabalho apresenta um estudo sobre o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina; descrevendo o processo de criação deste conselho – em 2005 e 2006-, e a trajetória de atuação entre 2007 e 2015, elencando as possibilidades e avanços alcançados por este conselho no contexto das políticas das pessoas com deficiência, mas também destacando os limites de sua atuação.

**Palavras-chave:** Conselhos Gestores; Conselho de Direitos da Pessoa com Deficiência; Modelo social da deficiência; Movimento social.





## **ABSTRACT**

This paper presents a study on the Municipal Council for the Rights of Persons with Disabilities (CMDPD) of Florianópolis, capital of the State of Santa Catarina; describing the process of creating this council - in 2005 and 2006- and the trajectory of activity between 2007 and 2015, listing the possibilities and progress made by this Council in the context of policies for people with disabilities, but also highlighting the limits of its performance.

**Keywords:** Management Councils; Council Rights of Persons with Disabilities; Social model of disability; Social movement.



## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> - Observação das reuniões do CMDPD-Florianópolis.....	32
<b>Quadro 2</b> - Entrevistas realizadas.....	32
<b>Quadro 3</b> - Atividades CMDPD - 2007.....	39
<b>Quadro 4</b> - Reuniões e Pautas - Gestão 2013-2015 CMDPD Florianópolis.....	44



## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego  
AFLODEF – Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos  
AFLOREM – Associação de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltipla da Grande Florianópolis  
AHESC – Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina  
AIPD – Ano Internacional das Pessoas Deficientes  
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
ASGF – Associação de Surdos da Grande Florianópolis  
CMDPD – Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis  
CME – Conselho Municipal de Educação  
CONADE – Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência  
CONDEF – Congresso Brasileiro do Trabalho da Pessoa com Deficiência  
CONEDE – Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência  
CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
FME – Fundação Municipal de Esportes  
FORCOMDEF – Congresso Estadual de Fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência  
GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS  
IGEOF – Instituto de Geração de Oportunidades  
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis  
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais  
MP – Ministério Público  
OAB/SC – Ordem dos Advogados do Brasil  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
REACCESS – Feira Nacional de Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade  
SMS – Secretaria Municipal da Saúde  
REACCESS – Feira Nacional de Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade  
REATCH – Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade  
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SMDS – Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social

SMDU – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMT – Secretaria Municipal de Turismo

SMTT – Secretaria Municipal de Transportes e Terminais

TICAN – Terminal de Integração de Canasvieiras

TICEN – Terminal de Integração do Centro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I – O MOVIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 O modelo social da deficiência .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 O movimento social das pessoas com deficiência no Brasil.....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas .....</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO DOIS – O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 A pesquisa .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 Da concepção aos primeiros passos: histórico e atuação do CMDPD.....</b>	<b>33</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>57</b>



## INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização das práticas políticas no Brasil foi marcado pela articulação de múltiplos atores sociais em prol da construção de um regime político referenciado na concepção de democracia ampliada, ou seja, que vá “além da visão procedimental mínima – a liberal-representativa – defendendo o que foi chamado de projeto democrático-participativo” (Pólis/Inesc, 2011, p. 9). Com a criação de algumas inovações institucionais que propiciam maior participação da sociedade civil junto aos governos, as democracias contemporâneas têm sofrido alterações no que se refere às relações entre participação e representação política.

Os conselhos gestores de políticas públicas figuram como uma dentre as várias instâncias participativas criadas neste novo contexto e que têm, em alguma medida, a responsabilidade de exercer o controle social sobre as políticas públicas, estando representados em sua maioria nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal. São considerados instrumentos fundamentais para o processo de descentralização e democratização das políticas sociais. A premissa geral, e que os diferencia de outros tipos de conselhos, é a da inclusão, nos espaços de discussão e/ou decisão de políticas públicas, dos setores da sociedade que são impactados pelas mesmas. Assim, os conselhos gestores de políticas públicas são um dispositivo político legal criado especificamente para aumentar a representação de grupos sociais sub-representados na esfera política, sendo em geral a sua criação fruto de reivindicações de movimentos sociais ligados a estes setores.

Seguindo o movimento de outras áreas, como a saúde e assistência social, os conselhos de direitos da pessoa com deficiência também são fruto das lutas de um movimento social que há algumas décadas vem reivindicando a garantia de seus direitos, como tem ocorrido em outras áreas das políticas públicas. No entanto, diferente dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil que têm sido amplamente debatidos, especialmente nas áreas de Assistência Social, Saúde, e Criança e Adolescente, percebe-se uma lacuna em relação aos estudos voltados à compreensão dos Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência. Diante disso, inserido no âmbito da compreensão das práticas conselhistas, suas possibilidades e limites, o presente trabalho apresenta um estudo sobre o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Florianópolis.

O nosso interesse pela temática da participação da sociedade civil organizada na esfera política institucional e da inclusão de setores excluídos historicamente da agenda política foi despertado a partir de duas importantes experiências que têm marcado a nossa formação: a convivência, durante alguns anos da graduação em Ciências Sociais, com uma colega e amiga com deficiência física, e a participação no Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS da UFSC, nas pesquisas “Associativismo civil, participação e democracia: novas práticas e configurações” e “Impactos democráticos do associativismo: dimensões individuais, políticas e sociais” coordenadas pela Professora Lígia Lüchmann. Essas experiências motivaram o presente estudo, somadas à constatação, como já destacado, da existência de uma lacuna nos estudos sobre esses conselhos de direitos das pessoas com deficiência. Diante disso, buscamos, com o presente trabalho, contribuir de algum modo com o entendimento dos potenciais e limitações que os conselhos de direitos das pessoas com deficiência enfrentam.

O objetivo geral deste trabalho é, portanto, analisar o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis, resgatando o seu processo histórico e apresentando algumas possibilidades e limites de atuação. Nesse sentido, indaga-se: qual o contexto de criação do CMDPD de Florianópolis? Quem são os atores governamentais e não governamentais que têm participado no CMDPD desde sua criação e que participaram da gestão 2013-2015? Quais os maiores desafios e dificuldades de atuação que o CMDPD de Florianópolis enfrenta desde a sua primeira gestão? Na avaliação dos conselheiros, o CMDPD faz alguma diferença na realidade florianopolitana, no sentido de trazer benefícios para o público ao qual está voltado, ou é apenas uma instância de participação e representação com pouca efetividade, embora de relevância social inegável?

O trabalho foi estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, apresentamos um panorama sobre o movimento social das pessoas com deficiência, destacando a sua relação com a articulação em prol da criação dos conselhos de direitos em nosso país. Na sequência, destacam-se as reivindicações do direito da participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas e a criação dos primeiros conselhos gestores de políticas públicas como forma de democratização e ampliação da inclusão de grupos/setores historicamente excluídos da agenda política dos governos. Destacamos, ainda, os principais

potenciais e limitações que os conselhos gestores enfrentam na prática, de acordo com a literatura da área. No segundo capítulo, trazemos os resultados empíricos de nosso trabalho, com a descrição do contexto de criação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis/CMDPD, seu histórico, em termos de marcos de sua trajetória, temas abordados ao longo das gestões, ações realizadas. Por fim, abordamos as principais possibilidades e limites que o CMDPD de Florianópolis enfrenta. Nas considerações finais, elencamos as questões centrais mobilizadas pelo trabalho.

## **CAPÍTULO I – O MOVIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### **1.1 O modelo social da deficiência**

Dispomos atualmente de significativos avanços nos estudos sobre deficiência, traduzidos nas terminologias adotadas, nas legislações que são elaboradas, bem como nas políticas realizadas. Contudo, é importante destacar que historicamente as pessoas com deficiência nem sempre têm recebido educação escolar adequada e também encontram muitos problemas de inserção no mercado de trabalho, em boa medida consideradas como incapazes, sofrendo preconceito em virtude de sua condição, sendo muitas vezes as deficiências vistas como algo sobrenatural, representando ameaças (Crespo, 2009), ou como castigo divino (Beck, 2007), em relação às quais nada haveria de se fazer. Estes e outros aspectos levaram a estruturação de um processo de exclusão social e política dessas pessoas, e em muitos casos, também de suas famílias.

Diniz (2007) aborda o modelo social da deficiência, o qual vem se colocando nas últimas décadas como um contraponto ao modelo biomédico, historicamente hegemônico no modo de entender as deficiências e de tratar as pessoas com deficiência. Basicamente, o modelo biomédico da deficiência a compreende como uma lesão, um problema a ser resolvido, sendo encarada como uma tragédia pessoal, cabendo ao indivíduo a responsabilidade em adequar-se ao meio social (Diniz, 2007; Crespo, 2009). De outra forma, o modelo social afirma que há, sim, um corpo com lesão que pode necessitar de cuidados médicos, mas destaca que o ambiente possui grande influência na manifestação de maior ou menor intensidade da deficiência, passando assim a colocar a compreensão das deficiências como um problema social.

Sabidamente, não foi da noite para o dia que este modo de entender as deficiências foi construído. Em países europeus e nos Estados Unidos, o movimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência iniciou após “a Segunda Guerra Mundial, com a volta dos ex-combatentes mutilados, e ganhou grande impulso, a partir de 1960, com a luta pelos direitos civis” (Crespo, 2009, p. 10-11). Diniz (2007) destaca que passos importantes para a mudança de percepção sobre as deficiências foram executados na década de 1970, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. Tiveram papel fundamental nesse

processo, as organizações formadas *por* pessoas com deficiência, diferentemente das tradicionais instituições e organizações *para* as pessoas com deficiência. Essas tradicionais instituições para pessoas com deficiência eram pautadas geralmente numa visão higienista, no sentido de retirá-las do convívio social, além de suas finalidades essencialmente assistencialistas, voltadas “à correção e ao escamoteamento da deficiência, que pouco valorizava a autonomia e a dignidade das pessoas com deficiência enquanto sujeito de direitos” (Brasil, 2012, p. 16). De acordo com Diniz (2007), a produção de conhecimentos e as discussões a respeito da experiência da deficiência no âmbito das humanidades são conhecidas como modelo social da deficiência e podem ser divididas em duas gerações: a primeira, que iniciou com a Upias<sup>1</sup>, protagonizada por intelectuais e estudiosos com deficiência física; e a segunda geração, marcada pela entrada no debate por feministas e cuidadoras de pessoas com deficiência.

Na primeira geração do modelo social, concebeu-se a diferenciação conceitual entre lesão e deficiência, como estratégia para retirar a discussão da deficiência do poder absoluto exercido pelo modelo biomédico, trazendo a questão para a esfera política, e do nível individual para o social, concebendo assim a experiência da deficiência como produto de uma sociedade incapaz de lidar com a diversidade de modos de vida para além de uma corponormatividade (Diniz, 2007). A autora destaca que os teóricos da primeira geração do modelo social adotaram o viés marxista como a principal influência teórica, concebendo o sistema capitalista como o grande responsável pela experiência da opressão vivenciada pelas pessoas com lesão, por considerá-las incapazes de participar dos processos de produção.

Já a segunda geração do modelo social contou com forte influência do feminismo, ao enriquecer o espectro de assuntos que não tiveram muito espaço para serem discutidos na primeira geração, como o cuidado, os temas transversais, e a crítica ao princípio da igualdade pela interdependência (Diniz, 2007). A segunda geração do modelo social da deficiência criticou a primeira geração especialmente pelo fato desta não ter desconstruído a supremacia de princípios como autonomia, independência e produtividade em busca de por um fim às barreiras,

---

<sup>1</sup> A Upias (*Union of the Physically Impaired Against Segregation*, em português, Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação) do Reino Unido, criada nos anos 1970, é uma organização formada e gerenciada por pessoas com deficiência e com fins políticos que tem exercido significativa influência nos debates sobre deficiência, em especial sobre a construção do modelo social de deficiência (Diniz, 2007).

desconsiderando o fato de que várias pessoas com deficiências mais severas do que a lesão medular não poderiam alcançar autonomia e independência, por mais que todas as barreiras fossem retiradas (Diniz, 2007).

A discussão levantada pelas feministas, embora gerasse o medo de fortalecer o discurso de essencialização da deficiência, tão criticado pelo modelo social, não podia deixar de concluir que retirar o corpo, a lesão, a dor e a subjetividade da discussão, implicaria em desconsiderar a multiplicidade de tipos de deficiência para além da deficiência física, o que torna impossível para as pessoas com tais deficiências de alcançarem esses objetivos normativos de independência e autonomia, problematizando o cuidado e a interdependência como valor moral, assim como o papel das mulheres cuidadoras e sua autoridade como fonte de argumentos e reflexões no debate sobre a deficiência. A interdependência, afirma Diniz (2007), se consolidou na segunda geração como valor que melhor expressava a vivência humana, trazendo ao mesmo patamar de discussão da deficiência fatos como a velhice, doenças crônicas e a necessidade de cuidado dos bebês, levando a conclusão de que a interdependência, o cuidado e a deficiência são fatos inerentes ao ciclo de vida.

Assim sendo, percebe-se que gradativamente a visão essencialmente assistencialista e puramente biomédica vem sendo substituída, lenta e gradualmente, pela compreensão de que a situação de exclusão que as pessoas com deficiência enfrentam não é, de fato, culpa do indivíduo com deficiência, mas sim reflexo da forma de organização social de nossa sociedade, que apresenta tanto barreiras físicas, quanto organizacionais e atitudinais. Como bem salienta Crespo (2009)

a forma como uma pessoa com deficiência vai atuar na sociedade dependerá muito mais de condições exteriores a ela, existentes no ambiente, do que a deficiência em si. Dentre essas condições, obviamente, encontram-se estereótipos, estigmas e preconceitos responsáveis pela atribuição de significados que extrapolam a lesão, o defeito e o mau funcionamento de partes do corpo. Desse modo, a deficiência sempre teve significados construídos histórica, ideológica e simbolicamente (Crespo, 2009, p. 51).

Sob a perspectiva do modelo social, “a deficiência é vista como uma característica da condição humana como tantas outras” (Brasil, 2012, p. 17), o que implica que haja igualdade de condições e oportunidades para as pessoas com deficiência em relação com os demais cidadãos. Este novo modo de perceber a deficiência apontou para a necessidade de mudanças estruturais no que tange às políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

## **1.2 O movimento social das pessoas com deficiência no Brasil**

No Brasil foram sendo criadas diversas organizações lideradas por pessoas com deficiência, por volta de meados do século XX.

A motivação inicial é a solidariedade entre pares nos seguintes grupos de deficiência: cegos, surdos e deficientes físicos que, mesmo antes da década de 1970, já estavam reunidos em organizações locais – com abrangência que raramente ultrapassava o bairro ou o município–, em geral, sem sede própria, estatuto ou qualquer outro elemento formal. Eram iniciativas que visavam ao auxílio mútuo e à sobrevivência, sem objetivo político prioritariamente definido. Essas organizações, no entanto, constituíram o embrião das iniciativas de cunho político que surgiram no Brasil, sobretudo durante a década de 1970 (Lanna Júnior, 2010, p. 30).

Diversos aspectos levaram à conformação do movimento social das pessoas com deficiência em nosso país: o surgimento de associações formadas e geridas pelas pessoas com deficiência que se colocavam contrárias às associações que prestavam algum tipo de serviço a essas pessoas (no sentido elencado anteriormente, de assistência e não o investimento no estímulo da autonomia destes indivíduos); os espaços criados pelas mesmas que propiciaram o compartilhamento e reconhecimento de dificuldades comuns que geraram debates acerca de suas situações e motivaram ações políticas reivindicando seus direitos humanos; o desejo de serem protagonistas políticos e a busca de transformação da sociedade confluiu com a “conjuntura da época: o processo de redemocratização brasileira e a promulgação, pela ONU, em

1981, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)” (Lanna Júnior, 2010, p. 35-36). Nos termos de Crespo (2009)

Ao desautorizar os antigos porta-vozes e propor novos conceitos e paradigmas, o movimento social das pessoas deficientes mudou e continua mudando a forma como a sociedade brasileira vê, entende e convive com a deficiência (p. 21).

Nesse sentido, alguns acontecimentos ocorridos no período da abertura democrática brasileira, no aspecto da organização da luta por mudanças em prol dos direitos das pessoas com deficiência, foram a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, criada em 1979, ocasião na qual se reuniram – pela primeira vez na história do Brasil – organizações de diferentes tipos de deficiência oriundas de diversos Estados, tendo em vista traçarem estratégias de luta por direitos; 1º e 2º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes (1980 e 1981); 1º Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes (1981); 3º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes (1983), ocasião em que se estruturou a organização nacional das associações por área de deficiência (Lanna Júnior, 2010).

Além desses eventos, houve ainda o contexto de elaboração da Constituição Federal do Brasil na década de 1980. Além dos parlamentares, o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte previa receber sugestões de órgãos, entidades associativas, audiências públicas, etc. Nesse sentido, o movimento social das pessoas com deficiência mobilizou-se pelo país, tendo participação ativa nos debates da Assembleia Nacional Constituinte. Uma forma importante de articulação foi por meio do ciclo de debates “A Constituinte e os Portadores de Deficiência”, promovido pelo Ministério da Cultura nos anos de 1986 e 1987 (Lanna Júnior, 2010). Na Assembleia Constituinte, a Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, subordinada à Comissão Temática da Ordem Social, foi o *locus* de discussão dos assuntos referentes às pessoas com deficiência (Lanna Júnior, 2010, p. 65). Importante ressaltar que o processo de elaboração da Constituição de 1988, no tocante à temática das deficiências, foi marcado por divergências e conflitos, como por exemplo, no sentido de a Constituição garantir a promoção de autonomia das pessoas com deficiência, ao invés de tutela – como inicialmente sugeria o texto, especialmente porque o movimento já



vinha lutando pela igualdade de direitos e não poderia permitir retrocessos (Lanna Júnior, 2010).

Com a Constituição de 1988, os assuntos referentes às deficiências foram inseridos no marco legal de forma abrangente e transversal (Brasil, 2012, p. 17), sendo editadas desde então, diversas normas regulamentadoras sobre os direitos das pessoas com deficiência. Ou seja, assim como em áreas como a saúde, assistência social, educação e outras, o tema dos direitos das pessoas com deficiência entrou na agenda política nacional a partir da ação de setores da sociedade civil organizada. De acordo com Crespo (2009), além de ser uma das maiores conquistas do movimento social das pessoas com deficiência, a legislação brasileira é tida como “uma das melhores, dentre os países do continente americano, no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência” (p. 21).

O processo de garantia dos direitos das pessoas com deficiência é marcado por avanços e entraves de diversas ordens, bem como é válido enfatizar que o movimento social das pessoas com deficiência não parou com a Constituição de 1988. Aqui, optamos por destacar alguns dos avanços mais significativos, que certamente foram e são perpassados por divergências, tais como a criação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) em 1986 – a qual foi promovida a Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência em 2009, e elevada a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência<sup>2</sup> em 2010, que marcou o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência dentro da estrutura do Estado (Lanna Júnior, 2010). Essa secretaria é responsável por elaborar projetos, programas e planos que propiciam a implantação da Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, política essa criada em 1989.

---

<sup>2</sup> “Expressões tais “como “deficiente”, “portador de deficiência”, “portadores de necessidades especiais” estão sendo substituídas pela expressão consagrada (pela): pessoa com deficiência, que busca destacar a pessoa em primeiro lugar. A definição de pessoa com deficiência presente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2008 chancela essa nova percepção, pois demarca a importância e o papel das barreiras existentes no meio como fator limitador para a plena inclusão” (Brasil, 2012, p. 20). Diniz (2007) aborda as duas tendências internacionais sobre como devem ser chamadas as pessoas com deficiência: a britânica “pessoa deficiente” ou “deficiente” e a americana “pessoa com deficiência” (Crespo, 2009).

Em 1999 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE<sup>3</sup>), atualmente Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O CONADE é designado como o órgão superior de deliberação coletiva que tem por função garantir a implantação da Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência<sup>4</sup>; e a partir do CONADE, a implantação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como a realização das Conferências Nacionais. No Estado de Santa Catarina, por exemplo, tem-se o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE), vinculado à Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação, criado pela Lei Estadual nº 11.346, de 17 de janeiro de 2000, além de vários conselhos municipais de direitos da pessoa com deficiência, dentre eles, o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência/CMDPD de Florianópolis, criado pela Lei nº 7213, de 28 de novembro de 2006, e vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Leis que regulamentam o atendimento prioritário a pessoas com deficiência, a garantia de benefícios sociais, a educação escolar de qualidade em escolas comuns, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras, o acesso à saúde, o direito ao trabalho e condições acessíveis de locomoção, são alguns dos exemplos das áreas abrangidas por avanços, mesmo que ainda restritos em diversos aspectos (Brasil, 2012). Uma importante ação na direção da garantia dos direitos foi a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU em julho de 2008, pelo Decreto Legislativo nº 186, e

---

<sup>3</sup> “O CONADE foi criado no âmbito do Ministério da Justiça (MJ), em 1 de junho de 1999, através do Decreto 3.076/1999. Em dezembro do mesmo ano o Decreto 3.298/1999, que instituiu a Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência, revogou o Decreto 3.076/1999, mas manteve o CONADE ligado ao MJ. Em 2003, a Lei 10.683, de 28/05/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, trouxe em seu artigo 24 a menção do CONADE como parte da estrutura do governo, vinculada à então Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Em março de 2010 foi editada a Medida Provisória nº 483 alterando a Lei 10.683, que atualizou o nome do CONADE, necessária por conta da ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU. Dessa forma o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência passou a ser Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência”. Informações do site oficial da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade>>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.

<sup>4</sup> Segundo o Art. 1 da Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, equivalendo a uma emenda constitucional. “A partir da internalização da Convenção, fica evidente a necessidade de revisar o marco jurídico nacional e adequá-lo aos princípios consagrados nesse importante documento de garantia de direitos” (Brasil, 2012, p. 20). Importante ação do governo federal é o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite<sup>5</sup>. Esse plano criou políticas públicas dentro de quatro eixos temáticos: Acesso à educação, Atenção à saúde, Inclusão social e Acessibilidade (DEFICIÊNCIA, 2014).

Na direção da necessidade de revisão, atualização e padronização da legislação num todo no que tange aos direitos das pessoas com deficiência, foi aprovada recentemente, pelo Senado Federal, a Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que entrou em vigência em janeiro de 2016. Este estatuto visa “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Cabe aqui ressaltar que, embora sejam significativos os avanços em termos de legislações e regulamentações em prol dos direitos das pessoas com deficiência, isso não necessariamente garante que os direitos dessas pessoas sejam respeitados de fato, uma vez que o fator cultural (no sentido de perspectivas, modos de agir, etc) de uma sociedade, normalmente tende a ser mais moroso para acatar transformações.

Nessas linhas, conforme buscamos demonstrar, o movimento social das pessoas com deficiência surgiu e ganhou força em um período da história de nosso país que foi propício aos avanços democráticos e garantia de direitos em diversas áreas sociais. Exemplos da possibilidade de atuação da sociedade civil organizada são a elaboração da Constituição de 1988 e as novas institucionalidades criadas desde então, especialmente os conselhos gestores de políticas públicas. Tais conselhos inserem-se no campo dos conselhos de políticas, e “dizem respeito à dimensão da cidadania, à universalização de direitos sociais e à garantia ao exercício desses direitos” (Tatagiba, 2002, p. 49).

---

<sup>5</sup> Maiores informações sobre o Plano Viver sem Limite estão disponíveis no endereço: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite>>. Acesso em 07/11/15.

### 1.3 Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas

O processo de redemocratização das práticas políticas no Brasil foi marcado pela articulação de múltiplos atores sociais em prol da construção de um regime político referenciado na concepção de democracia ampliada, ou seja, que vá “além da visão procedimental mínima – a liberal-representativa – defendendo o que foi chamado de projeto democrático-participativo” (Pólis/Inesc, 2011, p. 9). Com a criação de algumas inovações institucionais que propiciam maior participação da sociedade civil junto aos governos, as democracias contemporâneas têm sofrido alterações no referente à representação política, tendo essas inovações “levado a representação política a transbordar as eleições e o legislativo como lócus da representação, enveredando para o controle social e para a representação grupal nas funções executivas do governo” (Lavalle, Houtzager & Castello 2006, p. 49).

Os conselhos gestores de políticas públicas figuram como uma dentre as várias instâncias participativas<sup>6</sup> criadas neste novo contexto e que têm, em alguma medida, a responsabilidade de exercer o controle social sobre as políticas públicas (Almeida & Tatagiba, 2012), estando representados em sua maioria nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal. São “instrumentos de expressão, representação e participação da população” (Gohn, 2000, p. 178), tendo por função efetuar a mediação da relação entre a sociedade civil e o Estado. Vinculados ao poder executivo, é importante lembrar que “embora não quebrem com o monopólio estatal de produção e execução das políticas públicas, podem (e devem) obrigar o Estado a seguir as diretrizes elaboradas em cogestão com a sociedade civil” (Borba & Lüchmann, 2010. p. 230).

Os conselhos gestores são considerados instrumentos fundamentais para o processo de descentralização e democratização das políticas sociais. Em algumas áreas, a existência dos conselhos gestores de políticas públicas é obrigatória<sup>7</sup>, sendo condição necessária para o repasse de recursos públicos do governo federal aos estados e municípios. A premissa geral, e que os diferencia de outros tipos de

---

<sup>6</sup>Outras experiências de participação da sociedade civil nos espaços institucionais são os Orçamentos Participativos e as Conferências Nacionais.

<sup>7</sup>A obrigatoriedade da existência de alguns conselhos é tida como um dos fatores que impulsionou o *boom* de criação de conselhos registrado em fins dos anos 1990 e começo dos anos 2000.

conselhos, é a da inclusão, nos espaços de discussão e/ou decisão de políticas públicas, dos setores da sociedade que são impactados pelas mesmas.

A implantação dos conselhos gestores de políticas públicas depende de leis federais, estaduais e municipais. Os regimentos internos são elaborados pelos conselhos, isto é, embora existam diretrizes gerais (muitas vezes entendidas como modelos de regimento), cada conselho possui autonomia para elaborar seu próprio regimento interno, de acordo com a realidade local. Pautados na ideia de que diferentes interesses sejam representados de modo mais equilibrado, o que garantiria maior justiça nas decisões das políticas públicas, a paridade é um dos princípios dos conselhos. Além disso, o caráter dos conselhos pode ser consultivo, deliberativo, normativo e/ou fiscalizador; sendo o modo que age na elaboração de políticas públicas influenciado pelas correlações de forças que são estabelecidas nas dinâmicas internas dos conselhos.

Há ampla diversificação temática de conselhos e, dentro desse universo, Tatagiba (2002) apresenta uma distinção entre os tipos de conselhos gestores de políticas públicas: a) conselhos de programas; b) conselhos de políticas e c) conselhos temáticos. Caracteriza o primeiro tipo de conselhos como ligados a programas governamentais emergenciais bem delimitados acerca de seu público alvo; o segundo tipo é previsto na legislação brasileira e, além de estar estabelecido num sistema nacional, possui “atribuições legalmente estabelecidas no plano da formulação e implantação das políticas na respectiva esfera governamental, compondo as práticas de planejamento e fiscalização das ações” (Tatagiba, 2002, p. 49); já o terceiro tipo de conselhos se associa a grandes movimentos de ideias, e seria resultado de uma força política ou social que evidencia a sua necessidade em localidades específicas.

Nos termos de Tatagiba (2002), “os conselhos estão na contramão de um processo histórico-conjuntural marcado pela ação deliberada da redução da esfera pública, com as grandes decisões nacionais sendo tomadas a partir de acordos, em geral, não publicizáveis” (p. 98-99), sendo este um dos fatores que muito desafia e influi nas dificuldades de progredir nas potencialidades democratizantes destas instâncias. Alguns dos aspectos observados na prática conselhistas em geral são a expressiva presença de mulheres, especialmente nas áreas de políticas sociais (Lüchmann & Almeida, 2010) e o fato de os conselheiros terem um perfil mais escolarizado, quando comparados aos

representantes dos legislativos municipais (Borba & Lüchmann, 2010). Já os principais problemas elencados pelos estudos sobre as dinâmicas internas dos conselhos<sup>8</sup> são, entre outros: as desigualdades nas relações de poder e de influência, uma vez que “à igualdade ou paridade numérica junto aos conselhos não segue necessariamente uma igualdade de representação” (Lüchmann, 1997, *apud* Tatagiba, 2002, p. 59), havendo a predominância do poder do Estado nas decisões; a frágil relação dos conselheiros com as suas entidades, marcada por “pouco respaldo e acompanhamento de suas ações por parte das entidades que representam” (Tatagiba, 2002, p. 65); a diferença na qualificação dos conselheiros governamentais em relação aos não governamentais; o controle do Estado sobre a agenda temática; as controvérsias acerca das suas atribuições e competências e interfaces com o conjunto da máquina burocrático administrativa (Tatagiba, 2002); e as rotinas demasiado burocráticas, muitas vezes não havendo espaço para a ação política de fato (Almeida & Tatagiba, 2012).

---

<sup>8</sup>Alguns dos conselhos com maior abrangência nacional são os da Assistência Social, Criança e Adolescente e Saúde (Almeida & Tatagiba, 2012; Buvinich, 2014), havendo maior número de estudos sobre os mesmos, sendo os problemas encontrados nas dinâmicas internas destes, tendência dos conselhos gestores num todo.

## **CAPÍTULO DOIS – O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS**

### **3.1 A pesquisa**

O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso é analisar o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis, identificando as possibilidades e limitações em sua atuação. Para dar conta deste objetivo, foram necessários os seguintes objetivos específicos:

1. Conhecer o histórico do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis desde a sua criação até o ano de 2015;
2. Mapear os atores governamentais e não governamentais que têm participado no CMDPD desde sua criação e que participaram da gestão 2013-2015;
3. Identificar principais problemas que desafiam e/ou limitam a sua atuação.

Os objetivos acima expostos foram desenvolvidos por meio da observação de reuniões do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência/CMDPD, análise de documentos, tais como atas da gestão 2013-2015, resoluções, ofícios, notícias veiculadas na mídia, publicações no perfil do Facebook do CMDPD e entrevistas com conselheiras(os) representantes da sociedade civil e do poder público no CMDPD.

O quadro abaixo sintetiza as reuniões do CMDPD das quais participamos, tendo elas consistido em etapa de grande relevância para a pesquisa, pois foi um período de ambientação com o CMDPD, de estabelecimento de uma relação de maior proximidade com as pessoas que são conselheiras no mesmo, para obter um entendimento das dinâmicas do CMDPD, estar a par dos temas discutidos nas plenárias, observação de como mobilizam a representação que exercem e a identificação de atores-chave a serem entrevistados.

**Quadro 1. Observação das reuniões do CMDPD-Florianópolis**

<b>Data</b>	<b>Tipo de reunião</b>	<b>Local</b>
<b>03 de agosto de 2015</b>	Extraordinária	Sede da Aflodef
<b>10 de agosto de 2015</b>	Ordinária	Centro de Educação Continuada - CME
<b>14 de setembro de 2015</b>	Ordinária	Centro de Educação Continuada - CME
<b>28 de setembro de 2015</b>	Comissão de Organização do Histórico do CMDPD	Sala do CMDPD
<b>19 de outubro de 2015</b>	Ordinária	Centro de Educação Continuada - CME

**Fonte:** Trabalho de campo, 2015.

No período de 28 de setembro a 08 de outubro de 2015 foram realizadas as entrevistas com algumas conselheiras(os) do CMDPD da gestão 2013-2015. No quadro abaixo estão sintetizadas as entrevistas realizadas. O roteiro de entrevista encontra-se anexo a este trabalho.

**Quadro 2. Entrevistas realizadas**

<b>Data</b>	<b>Segmento</b>	<b>Duração</b>
28 de setembro de 2015	Governamental - Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) <sup>9</sup>	44 min
02 de outubro de 2015	Sociedade Civil - Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC)	24 min
08 de outubro de 2015	Sociedade Civil - Associação Catarinense de Apoio ao Mucoviscidótico (ACAM)	22 min

**Fonte:** Trabalho de campo, 2015.

O roteiro de entrevista foi estruturado em três partes: uma primeira parte que visou traçar um perfil dos conselheiros, a segunda parte trabalhou com questões sobre a representação no CMDPD, e a terceira buscou resgatar alguns elementos do histórico do CMDPD.

<sup>9</sup> No quadro acima está identificada a ordem de realização das entrevistas, no entanto, no decorrer do texto, quando trechos são citados, os mesmos não correspondem a esta ordem, tendo em vista preservar a identidade dos interlocutores.



Já a pesquisa documental foi realizada entre os dias 26 de outubro e 11 de novembro de 2015. Nesta etapa, com o auxílio da secretaria executiva do CMDPD, tivemos acesso aos documentos arquivados na sala do CMDPD, como relatórios, pautas de reuniões, atas, ofícios, resoluções e notícias veiculadas na mídia local.

No próximo tópico, descrevemos o processo de criação do CMDPD de Florianópolis, seguido da apresentação dos aspectos centrais de seu funcionamento e dinâmicas.

### **3.2 Da concepção aos primeiros passos: histórico e atuação do CMDPD**

No Brasil, conforme descrito no primeiro capítulo deste trabalho, houve intensa mobilização em prol da garantia dos direitos e melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência, o que confluiu com um contexto de criação de espaços de participação das organizações da sociedade civil, sendo, portanto, os conselhos um avanço conjunto entre sociedade civil organizada e Estado.

Tendo consciência da existência e da significativa atuação de entidades da sociedade civil na garantia dos direitos e na melhoria das condições de vida de pessoas com deficiência na cidade de Florianópolis, indagamo-nos se, por terras florianopolitanas, o movimento para a criação do CMDPD tem percorrido o mesmo trilha que o contexto nacional. O trabalho de análise de documentos e realização de entrevistas com conselheiras(os) do CMDPD de Florianópolis nos auxiliou no intuito de conhecer melhor essa história. Importante destacar que, embora dispondo de significativo volume de material, muitas lacunas ficaram em virtude da inexistência – nos arquivos do CMDPD – de grande parte das atas. No entanto, documentos tais como ofícios, resoluções, relatórios, notícias de jornais, processos e roteiros de pautas das reuniões possibilitaram entender significativa parte do processo de criação do CMDPD, a partir de 2005, bem como de sua atuação no período 2007-2015. Assim sendo, passemos, pois, ao histórico que foi possível (re)construir.

Conforme registrado em documentos do CMDPD, no ano de 2005, o CONADE, através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, encaminhou ofício circular para as prefeituras do país, informando da realização da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no ano de 2006, conscientizando para a importância da realização das conferências municipais e

estaduais, preparatórias para a etapa nacional. Sensibilizada, a então secretária da Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social/SMDS de Florianópolis, encaminhou às entidades da sociedade civil que trabalham com pessoas com deficiência e à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), um ofício convidando para participar de uma reunião em 19 de outubro de 2005. Nesta reunião, estiveram presentes treze entidades, conforme registrado em ata. A partir deste primeiro encontro, foi organizada uma comissão formada por membros da SMDS e também de algumas associações<sup>10</sup>, comissão esta que trabalhou durante os meses de outubro e novembro de 2005 em prol da elaboração de um projeto de lei para a criação do CMDPD de Florianópolis, bem como da organização do I Fórum do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis, que ocorreu em 30 de novembro de 2005. Este fórum teve como tema “Acessibilidade – você também tem compromisso” e por objetivos “debater a criação do CMDPD, consolidar políticas públicas referentes ao deficiente, garantir a consolidação da acessibilidade, como também eleger os delegados para a participação da I Conferência Estadual da Pessoa com Deficiência” (RELATÓRIO I FÓRUM, 2005, p.1).

Após este evento, o passo seguinte foi dado em 17 de fevereiro de 2006, quando o então prefeito Dário Elias Berger (PMDB) encaminhou à Câmara Municipal de Florianópolis o projeto de lei que “Dispõe sobre a criação, composição, atribuição e funcionamento do CMDPD e dá outras providências” (Mensagem Nº 08/2006, 17/02/2006). Esse projeto de Lei, após ser debatido na Câmara Municipal, foi aprovado em 28 de novembro de 2006. Por meio da Lei Municipal nº 7213/2006 de 28/11/2006, foi criado o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência/CMDPD de Florianópolis.

Em 05 de dezembro de 2006, que o Decreto nº 4544 instituiu uma comissão provisória para administrar o conselho, elaborar o Regimento Interno e organizar as eleições de conselheiros da sociedade

---

<sup>10</sup> Na ata desta reunião, não constava o anexo com a lista das entidades participantes. Já a ata de uma reunião posterior menciona as entidades que participaram da comissão de organização do I Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, são elas: Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos/AFLODEF, Associação de Reabilitação do Estado de Santa Catarina/ABRESC, Associação de Surdos da Grande Florianópolis/ASGF e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE.

civil. O Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis<sup>11</sup> organizou a primeira Assembleia Eletiva de conselheiros não governamentais, realizada em 29 de março de 2007. Após a assembleia eletiva, a nomeação dos conselheiros não governamentais e governamentais que comporiam a primeira gestão do CMDPD foi divulgada por meio do Decreto nº 4861, de 14/05/2007<sup>12</sup>. Esta gestão (2007-2009) tomou posse em 21 de junho de 2007.

Como é possível observar, em Florianópolis, o processo que acarretou na criação do CMDPD foi marcado por incentivo vindo do CONEDE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, incentivo este levado em consideração pela Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social de Florianópolis, e correspondido de imediato pelas organizações da sociedade civil que possuem atuação no campo dos direitos das pessoas com deficiência na cidade de Florianópolis. Esse incentivo vindo de instâncias governamentais superiores pode ser compreendido como parte do contexto nacional de realização de conferências nacionais durante o Governo Lula (2003-2010), o qual tinha como diretriz a participação social (Buvnich, 2014), incentivando a criação de conselhos em áreas ainda não consolidadas. Assim, entende-se que o processo de criação do CMDPD de Florianópolis não foi unilateral, mas sim, resultado de esforços conjuntos entre poder público municipal e entidades da sociedade civil.

Após a posse da primeira gestão do CMDPD, o colegiado reuniu-se para a discussão e aprovação do regimento interno, documento norteador da própria atuação do conselho que, em conjunto com a Lei de Criação, delimita as competências, a estrutura e o funcionamento do CMDPD de Florianópolis. De acordo com o Regimento Interno, o

---

<sup>11</sup> “O Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis é um espaço de articulação de associações que, criado em meados da década de 2000, congrega aproximadamente 40 entidades que se reúnem, mensalmente, para articular, discutir, propor e demandar políticas e ações orientadas para a defesa e a garantia dos direitos de todos os usuários das diversas áreas das políticas sociais. (...) Entre os seus objetivos, ressalta-se a busca de qualificação, representatividade e legitimidade da representação da sociedade civil junto aos diversos conselhos municipais de Florianópolis” (Lüchmann, 2015, p. 64).

<sup>12</sup> Algumas entidades que fizeram parte desta gestão são: Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos/AFLODEF; Associação Catarinense para Integração do Cego/ACIC; Associação de Surdos da Grande Florianópolis/ASGF; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE e Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS/GAPA.

conselho possui caráter propositivo, deliberativo e fiscalizador, com as seguintes competências:

- I. Elaborar e definir a programação geral do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- II. Incentivar e garantir a integração de todas as equipes na definição das diretrizes políticas e da programação geral do Conselho;
- III. Propor a estrutura administrativa do Conselho;
- IV. Articular os programas de implantação de projetos com os programas das diversas Secretarias, Autarquias e Empresas Municipais;
- V. propor, incentivar, assessorar e acompanhar iniciativas que concernem às questões das pessoas com deficiência;
- VI. Elaborar o Regimento Interno do Conselho;
- VII. Convocar as conferências municipais de pessoas com deficiência e as reuniões plenárias mensais do Conselho, definido as pautas concernentes a tais eventos, na forma de seu Regimento Interno;
- VIII. Zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;
- IX. Acompanhar o planejamento e avaliar e execução das políticas setoriais de: educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, reabilitação e outras relativas à pessoa com deficiência;
- X. Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- XI. Propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;
- XII. Propor e incentivar a realização de campanhas, visando à prevenção de deficiências e a promoção dos direitos da pessoa com deficiência;
- XIII. Atuar como instância de apoio, no âmbito municipal, nos casos de requerimentos, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou

entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência, assegurada nas leis e na Constituição Federal. (Regimento Interno CMDPD, 2007, p. 2-3)

Conforme o Artigo 2º do regimento, a composição do CMDPD é paritária entre poder público municipal e entidades não governamentais, respeitando o número de sete titulares e sete suplentes de ambas as partes. No referente ao poder público municipal, as representações estão pré-definidas no próprio regimento interno, conforme segue:

- a) dois da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Transportes e Terminais;
- c) um da Secretaria Municipal de Educação;
- d) um da Fundação Municipal de Esportes (FME);
- e) um do Instituto de Geração de Oportunidades (IGEOF);
- f) um do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). (Regimento Interno CMDPD, 2007, p. 1)

Já as representações de organizações não governamentais estão definidas por áreas relacionadas às deficiências:

- a) um representante de portador de deficiência auditiva;
- b) dois representantes de portadores de deficiência visual;
- c) um representante de portador de deficiência mental;
- d) dois representantes de portadores de deficiência física;
- e) um representante de portador de deficiência decorrente de patologias ou síndrome; (Regimento Interno CMDPD, 2007, p. 1)

As entidades não governamentais que possuem assento no Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência/CMDPD de

Florianópolis são eleitas a cada nova gestão por meio de Fórum Eletivo organizado pelo Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis. Vale lembrar que os conselheiros do CMDPD não recebem qualquer tipo de remuneração pelas atividades que exercem no Conselho, devendo representar voluntariamente interesses coletivos da sociedade.

O Regimento Interno organiza as instâncias do CMDPD de Florianópolis da seguinte forma:

- Assembleia Geral;
- Mesa Diretora;
- Comissões;
- Secretaria Executiva.

A Assembleia Geral é instância deliberativa e soberana do Conselho, sendo composta por todos os conselheiros titulares e/ou suplentes, colaboradores, convidados e também aberta ao público. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente. As pautas das Assembleias Gerais devem ser elaboradas pelo 1º Secretário em conjunto com a Secretaria Executiva, submetidas à Mesa Diretora e colocadas em aprovação pelo(a) Presidente na Assembleia Geral, podendo sofrer alterações. As convocações para a Assembleia Geral são encaminhadas aos conselheiros com antecedência, juntamente com a pauta. As principais atribuições da Assembleia Geral são deliberar sobre assuntos de sua competência e os encaminhados à apreciação e deliberação do CMDPD; aprovação da criação e/ou dissolução das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho, bem como de suas respectivas competências, composição, procedimentos e prazos de duração, além de eleger a Mesa Diretora do CMDPD.

A Mesa Diretora é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário; a qual é eleita em Assembleia Geral por maioria absoluta de votos, para mandato de um ano, permitida uma recondução para o mesmo cargo. A presidência e vice-presidência do CMDPD deverão ter composição paritária, com alternância na representação a cada mandato.

Fundamentais para a elaboração e execução das atividades do CMDPD, as Comissões têm por competência:

- I. Fornecer subsídios para a formulação e acompanhamento da política da pessoa com deficiência do Município;
- II. Subsidiar o Conselho em ação deliberativa na política da pessoa com deficiência e em atos normativos;
- III. Elaborar pareceres sobre assuntos que lhe foram submetidos e auxiliar relatório designados pela Assembléia;
- IV. Redigir relatórios e avaliar atividades da Comissão. (Regimento Interno CMDPD, 2007, p. 9)

Por fim, dentre outras, são atribuições da Secretaria Executiva: atualizar o cadastro das Entidades e Organizações de Assistência Social do município; organizar e coordenar os eventos promovidos pelo CMDPD, viabilizar a articulação técnica e o apoio administrativo às comissões do CMDPD, sugerir o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e controle da execução da política de Assistência Social. Contudo, para que a Secretaria Executiva possa funcionar, é atribuição do Poder Executivo Municipal providenciar recursos humanos, materiais e assessoria técnica necessários ao CMDPD, como exposto no Art. 32 da Lei 7213/2006.

Atendo-nos às atividades do CMDPD, apresentamos na tabela abaixo as principais atividades no ano de 2007, primeiro ano de funcionamento do conselho.

**Quadro 3. Atividades CMDPD - 2007**

<b>Atividades</b>	
<b>21/06/2007</b>	Posse dos conselheiros
<b>25/07/2007</b>	Discussão Regimento Interno
<b>08/08/2007</b>	Aprovação do Regimento Interno
<b>04/09/2007</b>	Reunião Entidades não governamentais para composição da Mesa Diretora
<b>11/09/2007</b>	Eleição Mesa Diretora – sem <i>quorum</i>
<b>19/09/2007</b>	Eleição Mesa Diretora
<b>01/11/2007</b>	Primeira reunião ordinária

**Fonte:** Trabalho de campo, 2015.

Esse período pode ser compreendido como de ambientação dos conselheiros com a nova instância criada, por meio da discussão de

documentos norteadores, eleição da mesa diretora e definição de plano de atividades do CMDPD.

No ano de 2008 foi realizada, nos dias 25 e 26 de junho, a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis, tendo como tema “Inclusão, Participação e Desenvolvimento – um novo jeito de avançar”. Os objetivos desta Conferência foram: “a) analisar os obstáculos e avanços do processo de implantação da Política Nacional, destinados a garantir os direitos da pessoa com deficiência no âmbito municipal; b) discutir os direitos da pessoa com deficiência abordando as dificuldades para a sua implementação e as ações prioritárias a serem desenvolvidas; c) eleger os delegados para a II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência” (AFLODEF, 2009, p. 12.). Outras atividades daquele ano foram: discussões em prol da atualização de leis municipais mais antigas referentes aos direitos das pessoas com deficiência; discussões sobre transporte alternativo para pessoas com deficiência física; proposta de visita às entidades que trabalham com pessoas com deficiência; realização do evento “Mãos que falam<sup>13</sup>”; participação no I Congresso Brasileiro do Trabalho da Pessoa com Deficiência<sup>14</sup>; participação no REACCESS – II Feira Nacional de Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade<sup>15</sup> e participação na II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Já em relação ao ano de 2009, conforme as pautas das reuniões, resoluções, ofícios e processos encontrados, o CMDPD teve amplo diálogo com o Ministério Público em diversos casos de denúncias – por exemplo, a falta de acessibilidade no Fórum Distrital do Continente; reuniões para debater e requerer vagas em estacionamentos públicos de Florianópolis para as pessoas com deficiência e debate sobre as

---

<sup>13</sup> Evento sobre a Língua Brasileira de Sinais.

<sup>14</sup> O CONDEF 2008 – 1º Congresso Brasileiro do Trabalho da Pessoa com Deficiência com o tema: “A inclusão e permanência no Mundo do Trabalho”, aconteceu de 05 a 07 de novembro de 2008, em Florianópolis/SC. Este congresso fez parte do Programa Deficiente Saudável da Cejam – Centro de Estudos João Amorim, organização que tem por missão “Promover melhoria da qualidade de vida das pessoas ofertando ações de saúde, educação e responsabilidade social”. Mais informações no site: <[http://www.cejam.org.br/index.php?pg=noticias\\_visual&not\\_id=102](http://www.cejam.org.br/index.php?pg=noticias_visual&not_id=102)>. Acesso em novembro de 2015.

<sup>15</sup> A REACCESS – II Feira Nacional de Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade foi uma iniciativa da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, com organização do Grupo Cipa Fiera Milano e promoção da Miksom Rio, voltada para apresentar soluções em acessibilidade, reabilitação e inclusão para pessoas com deficiências, idosas e obesas. Mais informações no site: <<http://www.reaccess.com.br/>>. Acesso em novembro de 2015.



condições de acessibilidade em *shopping centers* da cidade. Além disso, em 2009 o CMDPD manteve ativas as comissões de Comunicação, Inscrição e Registro e Legislação e Normas; discutiu a adequação da Lei de Criação e Regimento Interno do CMDPD; trabalhou com a elaboração da identidade visual do CMDPD em parceria com alunos do curso de Design da UFSC; realizou o cadastro de entidades que trabalham com pessoas com deficiência; aderiu à campanha de acessibilidade do Conade – Acessibilidade siga essa ideia<sup>16</sup>; teve relação com a criação da Lei 8044/13-11-2009 – Campanha Educativa Multa Moral em Respeito às Vagas de Estacionamento para Idosos e Deficientes<sup>17</sup>; participou do II Congresso Nacional do Trabalho da Pessoa com Deficiência – CONDEF 2009 e da XVI Semana da Sociedade Inclusiva e encaminhou, em 13 de outubro de 2009, à assessoria jurídica da Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude, sugestão de projeto de lei para a criação de uma Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência. Como veremos mais à frente, é apenas em 2015 que esta coordenadoria passa a existir.

Em relação às atividades desenvolvidas pelo CMDPD de Florianópolis nos anos de 2010<sup>18</sup> e 2011, o número de informações encontradas é expressivamente menor. Dentre as informações encontradas, estão atividades tais como o envio do Ofício CMDPD – Nº 30/10 (24/11/2010) ao Ministério Público, solicitando a interferência da Promotoria quanto à acessibilidade nos passeios públicos da capital; envio de ofícios à Secretaria Municipal de Transportes e Terminais em relação ao piso podotátil do terminal Rita Maria, bem como sobre o trajeto TICEN – Rita Maria, denunciando a falta de segurança às pessoas cegas no cruzamento da alça de acesso da Avenida Paulo Fontes para a Rua Pedro Bittencourt; denúncias sobre viaturas de polícia que estacionaram sobre os passeios públicos; processo 008/11 acerca da

---

<sup>16</sup> Vídeo da Campanha “Acessibilidade Siga Essa Ideia”: <<https://www.youtube.com/watch?v=sfktCgSPE88>>. Acesso em Dezembro de 2015.

<sup>17</sup> Link para consulta: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2009/805/8044/lei-ordinaria-n-8044-2009-cria-a-campanha-educativa-multa-moral-em-respeito-as-vagas-de-estacionamento-para-idosos-e-deficientes>> Acesso em Dezembro de 2015.

<sup>18</sup> A gestão 2010-2013 foi nomeada por meio do Decreto N. 8283, 08-07-2010. Algumas entidades que fizeram parte da gestão são: Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos/AFLODEF; Associação Catarinense para Integração do Cego/ACIC; Associação de Surdos da Grande Florianópolis/ASGF; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE e Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS/GAPA.

colocação de cordas de sinalização de filas no TIKAN; solicitação ao poder executivo municipal, de material, espaço e intérprete de Libras para a realização das atividades do CMDPD; solicitação de parecer sobre o PL 1.073/2010 aprovado pela Câmara em 06/09/2011, que criou o “Cartão Deficiente”<sup>19</sup>; envio de ofício a um vereador para ver a possibilidade de negociar com a TV Câmara um programa de divulgação das políticas públicas voltadas aos direitos das pessoas com deficiência; carta convite ao curso de Design da UFSC para criar selo de acessibilidade para os estabelecimentos de ensino de Florianópolis; sugestão de criação do Prêmio Adilson Ventura para pessoas físicas e jurídicas que tenham se destacado na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Importante ressaltar que não foi possível verificar os encaminhamentos destes ofícios e denúncias, se resoluções houve, se as ideias se tornaram projetos.

Já referente ao ano de 2012, foram encontradas as pautas das reuniões ordinárias do CMDPD, as quais dão indicativos dos debates e ações deste Conselho naquele ano. Temas que foram objeto de discussão em 2012: Conferência Regional dos Direitos das Pessoas com Deficiência; selo de acessibilidade para estabelecimentos de ensino de Florianópolis; relatório dos Processos de 2011 em tramitação no CMDPD; a REATCH em São Paulo; o retorno dos ofícios encaminhados ao Ministério Público; discussão sobre a Lei Complementar 147/11; informações sobre semáforo IPUF; Lei de Cotas para pessoas com deficiência; fiscalização nos terminais de ônibus e a eleição para a gestão seguinte do CMDPD. Junto às pautas das reuniões, havia também a cópia de alguns emails trocados entre secretaria executiva e presidência do CMDPD com conselheiros, os quais tratavam do não cumprimento das atividades por parte de alguns conselheiros e a ausência nas reuniões ordinárias e o como isso dificultava o andamento das atividades do conselho.

Ao final da gestão 2010-2012, algumas moções foram elaboradas. A moção 02/2012, tratava da prorrogação por 90 dias do mandato dos conselheiros – o qual encerrava em dezembro de 2012, em razão da troca do governo municipal em 01 de janeiro de 2013, pois a nova equipe do governo municipal precisaria “tomar conhecimento da atual situação do Conselho e orientar os conselhos para atender os

---

<sup>19</sup> Em diversos estacionamentos da cidade de Florianópolis há a Zona Azul, cujas vagas são destinadas para uso exclusivo de idosos e pessoas com deficiência cadastradas e portando o cartão de autorização (Cartão Deficiente).

objetivos de seu plano de governo para a Assistência Social do município. Já a moção 03/2012, endereçada ao coordenador da equipe de transição do governo municipal, solicitava uma reunião com o responsável pela Secretaria de Assistência Social do novo governo municipal, para fevereiro de 2013, ocasião em que seriam discutidas as necessidades e a organização do CMDPD para o ano de 2013.

Para atestar a ocorrência (ou não) desta reunião, não foi encontrado nenhum registro nos arquivos do CMDPD. Entretanto, considerando as dificuldades com as quais o conselho vinha convivendo (necessidade de material para o trabalho; a não garantia de intérpretes de Libras para as reuniões; as condições inadequadas de acessibilidade dos locais das reuniões, especialmente para cegos e pessoas com deficiência física; falta de capacitação para conselheiros; etc), em sinal de protesto, o CMDPD de Florianópolis foi fechado por tempo indeterminado.

Contudo, ainda em 2013, o CMDPD de Florianópolis foi reativado. No dia 8 de maio de 2013, ocorreu a Assembleia Eletiva dos Representantes da Sociedade Civil organizada pelo Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis. Conforme consta na ata da Assembleia Eletiva, não havia cédula em braile para que o representante da ACIC pudesse votar. Uma pessoa considerada neutra naquela assembleia foi quem auxiliou na votação. O representante da ACIC afirmou que, caso a acessibilidade não fosse garantida dentro do CMDPD, a ACIC não se faria mais presente. Realizada a eleição, por meio do Decreto Nº 12.042, de 26 de agosto de 2013, foram nomeados as(os) novas(os) conselheiras(os) do CMDPD. A posse da gestão 2013-2015 ocorreu em 17 de setembro de 2013.

As associações que assumiram representação na gestão 2013-2015 do CMDPD foram:

- Associação dos Surdos da Grande Florianópolis (ASGF);
- Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC);
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (AFLODEF);
- Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina (AHESC);
- Associação de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltipla da Grande Florianópolis (AFLOREM);
- Associação Catarinense da Síndrome do X Frágil.

Já os setores governamentais que assumiram representação na gestão 2013-2015 do CMDPD foram:

- Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS);
- Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMDU);
- Secretaria Municipal de Turismo (SMT);
- Secretaria Municipal de Educação (SME);
- Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (IGEOF);
- Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

A primeira reunião da nova gestão foi realizada em outubro de 2013, ocasião em que foi realizada a eleição da Mesa Diretora; programada a data das plenárias do CMDPD; debatida a importância das comissões; a solicitação de um profissional para a secretaria executiva do CMDPD e a solicitação de uma capacitação para os conselheiros.

No quadro abaixo, estão sistematizadas as informações sobre as reuniões realizadas durante a gestão 2013-2015, as datas e as pautas, com o propósito de demonstrar o que foi debatido e realizado, e os problemas enfrentados pela gestão.

**Quadro 4. Reuniões e Pautas - Gestão 2013-2015 CMDPD Florianópolis**

<b>Tipo de reunião</b>	<b>Data</b>	<b>Pauta</b>
Ordinária	04/10/13	Reabertura do CMDPD; Eleição Mesa Diretora; Data das plenárias; Comissões Políticas, Normas, Inscrição e Fiscalização; Solicitação de secretária executiva; Capacitação dos conselheiros.
Ordinária	27/11/13	Apresentação secretário executivo; Estrutura do CMDPD (sala pequena, local para reuniões); Necessidade de técnico administrativo e Intérprete de Libras; Capacitação dos conselheiros; Formação de comissões.
Ordinária	09/12/13	Apresentação nova secretária executiva; Convidada falou das atribuições dos conselheiros, funcionamento e funções do CMDPD; Aprovação da ata anterior, Atualização do regimento interno.
Ordinária	10/03/14	Aprovação da ata anterior; Leitura e votação

		da proposta do novo regimento interno; Situações encaminhadas ao CMDPD (pessoas que tiveram seus direitos desrespeitados).
Ordinária	09/05/2014	Leitura e apresentação do andamento da atualização do regimento interno.
Ordinária	09/06/14	Apresentação novo secretário executivo; Apresentação do Regimento Interno (não realizada pela não conclusão da parte jurídica); Capacitação dos conselheiros; Leitura de documentos recebidos; Reunião sobre Passe Livre para Pessoa com Deficiência; Comissões; Inscrição no CONEDE.
Ordinária	14/07/14	Presença de convidados que falaram das atribuições dos conselheiros e funcionamento das comissões; Educação inclusiva e escolas particulares; Curso LIBRAS da ASGF; Plano Viver sem Limites do PRONATEC; Apresentação da Resolução das Comissões (Nº 01/2014); Passe Livre.
Comissão Políticas Públicas	18/08/14	Apresentação do grupo, delegação de primeiros passos da comissão.
Comissão Normas, Fiscalização e Inscrição	20/08/14	Discussão de assuntos a serem pesquisados: normas, divulgação, denúncias de fiscalizações e inscrições, elaboração de ofício para encaminhar ao Ministério Público.
Comissão Comunicação	21/08/14	Escolha de frase para o banner do CMDPD, levantamento de material teórico para embolsar os objetivos da comissão, plano operativo com metas e reafirmação da importância da comissão.
Ordinária	08/08/2014	Convidado falou sobre o Plano Viver sem Limites do PRONATEC (mercado de trabalho para as pessoas com deficiência); Vereador Edmilson falou da campanha RespeitAção; Aprovação da ata anterior; Frase para o banner do CMDPD; Solicitação de intérprete de Libras (que seria viável somente a partir de 2015); Comissões;

		Regimento Interno.
Ordinária	08/09/14	Aprovação da ata anterior; Benefícios eventuais e Passe Livre para Pessoa com Deficiência; Campanha Dia Nacional de Luta de Direitos das Pessoas com Deficiências; Aprovação do Regimento Interno (não realizada por falta de quórum); Banner CMDPD; Ausências de conselheiros.
Ordinária	13/10/2014	Aprovação da ata anterior; Passe Livre para Pessoa com Deficiência; Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; Criação do Fundo Municipal do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Fiscalização no TICEN; Eleição nova mesa diretora; Nova Comissão Regimento Interno.
Ordinária	10/11/2014	Aprovação da ata anterior; Edital Passe Livre para Pessoa com Deficiência; Datas de reuniões; Regimento Interno; Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; Capacitação dos Conselheiros; Solicitação de Intérprete de Libras.
Ordinária	09/03/2015	Aprovação da ata anterior; FORCOMDEF <sup>20</sup> em Joinville (abril); Criação do Fundo Municipal do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência <sup>21</sup> .
Ordinária	22/06/2015	Aprovação da ata anterior; Apresentação nova secretária executiva; Reunião com Secretaria de Assistência Social; Solicitação de Intérpretes; Coordenadoria Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Doenças Raras; Dia D – Ministério Público do Trabalho; Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Informes.
Extraordinária <sup>22</sup>	03/08/2015	III Conferência Municipal dos Direitos da

<sup>20</sup> <<http://www.mundocegal.com.br/comde2015>>

<sup>21</sup> Esta ata estava incompleta: parte dela correspondia à reunião do dia 09/03/2015, e o restante à reunião do dia 13/10/2014.

<sup>22</sup> Não foram elaboradas atas das reuniões dos dias 03 e 10/08/2015 e de 14/09/2015, as informações destas reuniões foram retiradas da pauta encaminhada por email, acrescidas as anotações realizadas por mim no caderno de campo.

		Pessoa com Deficiência.
Ordinária	10/08/2015	III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Ofício encaminhado à Secretaria Municipal de Assistência Social (solicitação de secretaria executiva qualificada para a função); Coordenadoria Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Doenças Raras.
Ordinária	14/09/2015	Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Eleições de Conselheiros e mesa Diretora para CMDPD;
Ordinária	19/10/2015	Prorrogação, por 90 dias, do mandato da gestão; Leitura e aprovação Edital de convocação para Eleições dos Representantes da sociedade civil para composição do CMDPD; Informes.

**Fonte:** Atas Gestão 2013-2015 CMDPD e Diário de Campo, 2015.

Diante deste quadro, cabem algumas observações. As reuniões da gestão 2013-2015 ocorreram com regularidade e uma variada gama de assuntos foram ponto de pauta. Entretanto, alguns pontos foram pauta na maioria das reuniões, caso da atualização do regimento interno, o qual já de gestões anteriores vem sendo debatido, mas não aprovado, ou por necessidade de complementação, ou por falta de quórum para a votação. A alteração no regimento interno é imprescindível pelo fato de a terminologia estar em desacordo com a terminologia atual, pois usa “portador de deficiência” ao invés de “pessoa com deficiência”; bem como pela necessidade de inclusão de setores, como a secretaria municipal de saúde e complementação de alguns itens, especialmente no tocante à regulamentação do funcionamento das comissões. Outros temas recorrentes nas pautas das reuniões foram justamente a criação de comissões; além da capacitação de conselheiros; a necessidade da garantia de intérpretes de Libras em todas as plenárias e também uma secretaria executiva efetiva e não a alta rotatividade com a qual o CMDPD se deparou durante toda a gestão 2013-2015.

Além desses, outros assuntos, como a inserção no mercado de trabalho; benefícios de prestação continuada da assistência social; passe livre municipal para as pessoas com deficiência de Florianópolis; campanhas e eventos sobre os direitos das pessoas com deficiência tais como fóruns, conferências e palestras, também foram debatidos. Além desses temas, a possibilidade de criação de um Fundo Municipal do

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a criação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência e para a Pessoa Portadora de Doença Rara de Florianópolis pelo governo municipal, foram pontos polêmicos nas reuniões em que foram abordados.

Por tratar-se de um conselho de direitos da pessoa com deficiência, a questão da acessibilidade torna-se ainda mais cara e, muitas vezes o próprio CMDPD vê-se como não garantindo condições adequadas de acessibilidade para seus representantes com deficiência física e visual, especialmente em relação às condições de acesso ao local das plenárias, bem como para com os conselheiros com deficiência auditiva, pela ausência de intérprete de Libras em grande parte das reuniões. Em relação a Libras, conforme consta em ata, em duas reuniões do CMDPD foi apontada a necessidade de os conselheiros serem também capacitados para o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais.

No tocante à atuação do CMDPD na cidade, a gestão 2013-2015 redigiu uma Carta Aberta de Protesto Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência em Florianópolis<sup>23</sup>. De acordo com a gestão 2013-2015, o CMDPD não possui estrutura para funcionamento mínimo, estrutura esta que deve ser garantida pelo poder público municipal. Na carta, é enfatizado que

(...) em Florianópolis, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência/CMDPD há vários anos, vem lutando para que estes direitos fundamentais sejam atendidos. No entanto, não tem obtido resultados efetivos, uma vez que o poder público municipal não tem ofertado a infraestrutura (Humana, Financeira, Logística, Capacitações, entre outras) necessária para desempenhar suas atribuições.

Situação relatada com recorrência pelos conselheiros do CMDPD durante as plenárias e também nas entrevistas realizadas, é o

---

<sup>23</sup> Na plenária do dia 14/09/2015, os conselheiros decidiram pela elaboração da carta e distribuição no evento *Bem Mais – Mobilidade, Acesso e Inclusão*, promovido pela Aflodef e Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, realizado no dia 21/09/2015 no Plenarinho da ALESC. A carta foi entregue também ao Fórum Municipal de Políticas Públicas, em Assembléia Geral realizada no dia 06/10/2015, no Centro Integração Empresa Escola - CIEE.



fato de as reivindicações individualizadas e diretas serem frequentes<sup>24</sup>, o que, de alguma maneira, entra em choque com um dos propósitos da existência conselho, que é ser um órgão de força para o contexto das pessoas com deficiências num todo, para que cada setor (associação e/ou indivíduo) não reivindique de maneira individualizada as suas demandas.

“É muito mais fácil hoje um cadeirante ir à Câmara dos Vereadores solicitar as suas necessidades pontuais ali do dia-a-dia – e consegue! Muito mais fácil bater no gabinete do prefeito, por exemplo, o segmento dos cegos ir buscar articulações particulares, do que o contexto da pessoa com deficiência num geral lutar por uma política pública, lutar por espaços públicos que atendam essa população. (Entrevista 2)

Evidencia-se aqui também que o Ministério Público vem sendo significativamente mobilizado pelos indivíduos, em particular, pelas entidades e pelos conselhos. O CMDPD, porém, na gestão 2013-2015 tem feito pouco uso do mesmo, diferentemente de gestões anteriores.

Para além dos problemas estruturais e de atuação, em setembro de 2015, foi criada a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência e para a pessoa Portadora de Doença Rara de Florianópolis<sup>25</sup>, a qual tem sido vista com um olhar bastante crítico pelo CMDPD. Na carta citada acima, é ressaltado que

Referente ainda às reivindicações da garantia dos direitos diariamente feitos pelas pessoas com deficiência, cabe ressaltar ao poder público que a criação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência e para a Pessoa Portadora de Doença Rara neste município, por si só, não garante uma atenção às reivindicações desta parcela da população, pois não se pode traduzir em políticas públicas que garantam os direitos das pessoas com deficiência, se não vier acompanhada da necessária infraestrutura, referida acima, assim como não foi

<sup>24</sup> Reivindicações junto ao gabinete do prefeito, de vereadores, Ministério Público.

<sup>25</sup> Lei nº 9856, de 08 de setembro de 2015.

garantida até o momento condições mínimas para uma efetiva atuação deste Conselho, que muitos ainda desconhecem.

Diante de um quadro de atuação problemática, no mês de outubro de 2015, a gestão 2013-2015 do CMDPD solicitou a prorrogação do mandato até a realização da eleição dos conselheiros da gestão seguinte<sup>26</sup>. Programada para o dia 14 de dezembro de 2015<sup>27</sup>, mas efetivada somente em janeiro de 2016<sup>28</sup>, a Assembleia Eletiva das Entidades da Sociedade Civil<sup>29</sup> elegeu as entidades para a gestão 2016-2018 do CMDPD. A posse desta gestão ocorreu em maio de 2016, porém as atividades da mesma não se inserem neste trabalho.

No cômputo geral da pesquisa, identificamos vários avanços e também limites na atuação do CMDPD de Florianópolis. Como avanços, ou possibilidades, destacam-se: participação em Conferências e Congressos da área, proposição de leis municipais referentes aos direitos das pessoas com deficiência; discussões sobre transporte alternativo para pessoas com deficiência física; visitas às entidades que trabalham com pessoas com deficiência; realização de eventos e campanhas; denúncias encaminhadas ao Ministério Público – por exemplo, a falta de acessibilidade no Fórum Distrital do Continente; reivindicações (ex. vagas em estacionamentos públicos de Florianópolis para as pessoas com deficiência); cadastros de entidades que trabalham com pessoas com deficiência; campanhas de conscientização (ex: RespeitAção); parceria com o poder Legislativo Municipal, por meio da Comissão de

---

<sup>26</sup> Resolução nº 01 de 19 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial do Município de Florianópolis. Disponível em:

<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/12\\_11\\_2015\\_19.06.01.b3e6b0902d8c3ce09f887893b2d50700.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/12_11_2015_19.06.01.b3e6b0902d8c3ce09f887893b2d50700.pdf)> Acesso em fevereiro de 2016.

<sup>27</sup> Edital nº 001/2015, publicado no Diário Oficial do Município de Florianópolis. Disponível em:

<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/12\\_11\\_2015\\_19.06.01.b3e6b0902d8c3ce09f887893b2d50700.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/12_11_2015_19.06.01.b3e6b0902d8c3ce09f887893b2d50700.pdf)> Acesso em fevereiro de 2016.

<sup>28</sup> Edital nº 001/2016, publicado no Diário Oficial do Município de Florianópolis. Disponível em:

<[http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/25\\_01\\_2016\\_19.18.12.91bafb13721bd1d49e0fdcf0d055e5.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/25_01_2016_19.18.12.91bafb13721bd1d49e0fdcf0d055e5.pdf)>. Acesso em abril de 2016.

<sup>29</sup> As entidades eleitas para a gestão 2016-2018 do CMDPD são: Associação Preventiva de Apoio a Mulher/APAM, Associação Brasileira de Portadores de Câncer/AMUCC, Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos/AFLODEF; Associação Catarinense para Integração do Cego/ACIC; Associação de Surdos da Grande Florianópolis/ASGF; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE e Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina/AHESC.

Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara Municipal de Vereadores; e a articulação com o Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis.

No que diz respeito aos limites, destacam-se problemas estruturais e de atuação, ambos interligados: falta de capacitação adequada para os conselheiros e secretaria executiva; recursos financeiros limitados para as atividades do CMDPD; não garantia de um local fixo para as plenárias; não garantia de presença de intérprete de Libras nas plenárias; e a incompatibilidade de agenda entre os conselheiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, instituições participativas e representativas como os conselhos gestores, orçamentos participativos e conferências foram criadas e amplamente enraizadas na estrutura institucional dos municípios, estados e do país. Rompendo, em grande medida, com os antigos padrões de elaboração e gestão de políticas públicas, por meio dos conselhos gestores, especialmente os atores coletivos da sociedade civil passaram a ser também protagonistas na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Essas novas instituições carregam em si desafios em termos de sua responsabilidade e dinâmicas no processo de inclusão e representação de atores historicamente excluídos do campo político tradicional, como é o caso das pessoas com deficiência. Com o intuito de conhecer o processo de criação do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência/CMDPD de Florianópolis, bem como conhecer a atuação deste conselho, a presente pesquisa permitiu identificar alguns pontos centrais, conforme descrito na sequência.

Como visto, o Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência/CMDPD de Florianópolis é fruto de um período em que a participação social foi um postulado do governo federal (Governo Lula), e que a sua criação foi motivada pelo contexto de realização de conferências, incentivo acatado pela prefeitura municipal, por meio da então Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social/SMDS de Florianópolis e a sua articulação com as entidades da sociedade civil.

Entendemos que a constituição do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis significou um avanço no campo da deficiência, em especial nas discussões de políticas, projetos de lei; debates em Congressos, Conferências e outros eventos relacionados à temática da pessoa com deficiência; conscientização sobre direitos das pessoas com deficiência e fiscalização sobre o respeito desses direitos.

Apesar disso, identificamos muitos problemas e limites em sua atuação. Certamente, o aspecto que mais tem se destacado ao longo de sua história, é a deficiência de estrutura com a qual o CMDPD de Florianópolis atua. A expressiva rotatividade, tanto de conselheiros quanto de secretaria executiva demonstra-se como bastante prejudicial ao bom andamento das atividades do conselho. Na gestão 2013-2015, inexistia (ou foi bastante dificultada) a continuidade das atividades, de

um conhecimento da trajetória do CMDPD, do como funcionam as burocracias as quais o CMDPD está ligado; a todo o momento havia a necessidade de começar praticamente do zero; o que se torna desgastante e implica em inefetividade de um conselho de tamanha relevância social. Esse é um aspecto que a literatura sobre conselhos já tem apontado exaustivamente, o que demonstra que a situação do CMDPD não é isolada. Reflexo disso, as pautas das reuniões do CMDPD durante a gestão 2013-2015 não foram muito além de questões estruturais, de necessidade de capacitação de conselheiros e secretaria executiva. Possivelmente, a atuação do CMDPD nessa gestão foi influenciada por fatores como a não capacitação para a atividade de conselheiro, falta de recursos, agendas de conselheiros que não conciliavam para a reunião de comissões; mas certamente, também muito desânimo, pela inefetividade do conselho.

Um ponto que poderia ter sido explorado é em relação aos partidos que ocuparam o poder executivo municipal desde 2005 e também aos partidos que os conselheiros simpatizam ou são filiados. De alguma forma, têm aparecido impasses e percalços ao longo da trajetória do CMDPD, que são, possivelmente, influenciados por este aspecto. No entanto, como não temos explorado este ponto, nossa análise fica apenas e tão somente na especulação.

Retomando as competências do CMDPD (citando apenas algumas, como exemplo: zelo pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência; articulação de programas de implantação de projetos com os programas das diversas Secretarias, Autarquias e Empresas Municipais; acompanhamento do planejamento e avaliação e execução das políticas setoriais de: educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, reabilitação e outras relativas à pessoa com deficiência;), e observando a atuação do conselho, tem-se que o mesmo tem grandes dificuldades para atuar em conformidade às suas atribuições, limitações estas influenciadas por fatores político-administrativos, de recursos e capacitação.

Para concluir, ressalta-se aqui que o CMDPD, em sua concepção e propósitos, possui grande potencial para ser representativo da população com deficiência de Florianópolis, no entanto, entraves estruturais, políticos e de falta de capacitação, implicam em pouca atuação, voz e legitimidade na cidade e também junto à população com deficiência.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla C. R.; TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas.** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012.

BECK, Paulo da Costa. **A história da cidadania das pessoas com deficiência e o desenvolvimento de sua organização como movimento social no cenário brasileiro.** TCC, Serviço Social. UNB, 2007.

BORBA, Julian; LÜCHMANN, Lígia H. H. **A representação política nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.** Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 2, n. 2, p. 229-246, jul./dez. 2010.

BRASIL. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência – Uma análise a partir das Conferências Nacionais.** Secretaria dos Direitos Humanos; Brasília, 2012.

BUVINICH, Danitza P. R. **O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros.** Revista de Administração Pública, vol. 48 no. 1 Rio de Janeiro. Jan./Fev 2014.

CMDPD – Florianópolis. **Regimento Interno do CMDPD de Florianópolis,** 2007.

CRESPO, Ana Maria M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania. Os obstáculos, as estratégias, e as conquistas do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes.** Tese de doutorado. Pós-Graduação em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE – Plano

Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/ SNPD, 2014.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Editora Brasiliense, São Paulo, SP, 2007.

GOHN, M. G. M. **O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana**. In: Repensando a Experiência Urbana na América Latina: questões, conceitos e valores. Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LANNA JÚNIOR, Mário Cl. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER: P.; CASTELLO, G. **Democracia, pluralização da representação política e sociedade civil**. Lua Nova. São Paulo, n. 67. 2006.

LÜCHMANN, Lígia H. H.; ALMEIDA, Carla C. R. **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. Revista Katálysis, v. 13, n. 1, p. 86-94, jan/jun. 2010.

PÓLIS – INESC. **Projeto/Pesquisa: Governança Democrática no Brasil Contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas**. Arquitetura da Participação no Brasil: avanços e desafios. 2011.

TATAGIBA, Luciana. **Os Conselhos Gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. In: Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. DAGNINO, Evelina (Org.). SP: Paz e Terra, 2002.



## **ANEXO**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

#### **Perfil:**

- 1) Idade:
- 2) Gênero:
- 3) Tem alguma deficiência? Se sim, qual?
- 4) Qual é a sua formação?
- 5) Qual é a sua atuação profissional atual?
- 6) Você participa de alguma associação ou organização civil? Se sim, qual?
- 7) No CMDPD, ocupa cargo de conselheiro(a):  
( ) governamental ( ) titular ( ) suplente – Qual Secretaria ou órgão público?  
( ) não governamental ( ) titular ( ) suplente – Qual entidade?
- 8) Há quanto tempo é conselheiro do CMDPD? Já participou como conselheiro neste conselho anteriormente? Quantos mandatos?
- 9) Participa ou participou de outros conselhos de políticas públicas? Existe algum conselho que considere uma referência importante para o CMDPD? Por quê?

#### **Representação e inclusão:**

- 10) Como funciona a escolha da representação na sua organização/instituição? (Eleição, indicação, trajetória, identificação com o tema)
- 11) Qual a sua compreensão acerca dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e de Direitos?
- 12) Qual a sua motivação para participar desses espaços como conselheiro(a)?
- 13) Você teve algum tipo de treinamento específico para participar do conselho?
- 14) Você acha que a divisão de assentos (áreas) nesse conselho representa bem os segmentos sociais que são afetados pelas políticas públicas decorrentes das deliberações do conselho? Por quê?
- 15) Você participa ou já participou de algum grupo extra plenária de discussão permanente (ex.: comissões) ou provisório (ex.: grupos de trabalho) dentro do conselho? Se participa ou participou, qual?

**16)** Você acha que as plenárias oferecem condições para que todos possam se expressar?

**17)** Na sua opinião, o conselho é de fato representativo da população com deficiência? Por quê?

**18)** O CMDPD possui alguma interface com outros conselhos municipais, estaduais e/ou nacionais? Quais?

**19)** Há, na cidade, outras formas e/ou espaços de representação das pessoas com deficiência? Citar.

**20)** Quais as instituições, associações, vereadores da cidade de Florianópolis que você vê como tendo laços mais estreitos com o CMDPD?

**21)** Dialoga com a entidade ou secretaria que representa no CMDPD?

**22)** Presta contas de sua atuação? Para quem e como?

### **Histórico do CMDPD:**

**23)** Você poderia falar um pouco sobre o processo que levou à criação do CMDPD em Florianópolis? Quais atores sociais estiveram mais envolvidos e quais as motivações da criação do mesmo?

**24)** Quais seriam as ações mais significativas que o CMDPD tem realizado?

**25)** Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo CMDPD?

**26)** Quais são os maiores desafios do CMDPD?